



NOTA EXPLICATIVA

O **INSTITUTO OFC DE INOVAÇÃO PROFISSIONAL** registrado com CNPJ 69.607.935/0001-37 é uma Associação Privada, sem fins econômicos, que possui imunidade e isenções tributárias garantidas pela Constituição Federal.

Cabe destacar que o **Instituto OFC não é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público)**. Somos, na verdade, um instituto que se caracteriza como uma associação de natureza privada. Nossa organização é composta por membros e atua com base em seus próprios estatutos, independente do setor público, diferentemente de uma OSCIP que, por sua natureza, possui uma vinculação formal e maior integração com o setor público.

Dessa forma, reforçamos que, apesar de nosso compromisso social e com o interesse público, não nos enquadrados como uma entidade pública ou como uma organização de natureza pública, mas sim como uma associação de caráter privado com autonomia administrativa e de gestão.

1 - PIS, COFINS. (Alíquota 0% – Imunidade Tributária Federal)

O **INSTITUTO OFC DE INOVAÇÃO PROFISSIONAL**, entidade sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, conforme disposto no art. 150, inciso VI, alínea “c”, e inciso III, da Constituição Federal, bem como no § 7º do art. 195 da Constituição Federal, que asseguram a imunidade às instituições de educação e de assistência social que atendam aos requisitos legais.

O art. 150, VI, "c" da Constituição Federal brasileira estabelece a imunidade tributária de impostos sobre patrimônio, renda e serviços de instituições de educação e



assistência social sem fins lucrativos, bem como partidos políticos e sindicatos de trabalhadores, desde que atendidos os requisitos da lei.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

{...}

VI - instituir impostos sobre:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

Em razão dessa imunidade constitucional, o Instituto encontra-se isento do recolhimento e das retenções relativas aos seguintes tributos federais:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS;
- Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS/PASEP.

A dispensa das retenções federais encontra respaldo no art. 4º, inciso III, combinado com o § 6º do art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, que estabelece que as entidades imunes ou isentas estão desobrigadas da retenção de IRPJ, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.

2 - Da isenção do ISS por ser uma Associação Privada.

O Instituto OFC, na qualidade de associação privada sem fins lucrativos, é beneficiado pela isenção do Imposto Sobre Serviços (ISS), em conformidade com a



legislação brasileira que prevê tal isenção para entidades de assistência social, educação e cultura. A Constituição Federal de 1988, no art. 150, inciso VI, alínea "c", assegura a isenção de tributos para entidades que tenham finalidade social, desde que suas atividades não visem lucro. O Instituto OFC, com sua atuação voltada para a inovação e educação profissional, se enquadra nesse dispositivo, sendo, portanto, passível de isenção do ISS.

Ademais, a Lei 9.532/1997, em seu art. 44, reforça a isenção para as entidades privadas que atuam nas áreas de assistência social, educação ou cultura, desde que cumpram os requisitos de não distribuição de lucros e aplicação dos recursos exclusivamente para a manutenção de suas atividades. O Instituto OFC destina seus recursos para a continuidade e expansão de suas atividades educacionais e de capacitação profissional, o que alinha sua atuação às exigências legais para gozar da isenção do ISS.

A Lei Complementar 116/2003, que regula o ISS, também contempla isenção para entidades sem fins lucrativos que prestam serviços nas áreas mencionadas, sem que haja a necessidade de lucro ou distribuição de excedentes financeiros. O art. 9º dessa lei prevê a isenção do ISS para tais entidades, desde que as atividades realizadas estejam em conformidade com as normativas legais aplicáveis. No caso do Instituto OFC, sua atuação no setor educacional e de inovação profissional justifica a isenção do tributo.

Portanto, o Instituto OFC, por ser uma associação privada sem fins lucrativos, que desenvolve atividades voltadas para o ensino e a inovação profissional, preenche os requisitos legais estabelecidos pela Constituição, pela Lei 9.532/1997 e pela Lei Complementar 116/2003, garantindo seu direito à isenção do ISS. A não cobrança do imposto é uma forma de incentivo à promoção de atividades de interesse público, como é o caso da educação e capacitação profissional.



3 - Sobre o INSTITUTO OFC não ser uma OSCIP.

O Instituto OFC não é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), mas sim uma entidade privada sem fins lucrativos. Diferentemente das OSCIPs, regulamentadas pela Lei nº 9.790/1999 e exigem a celebração de parcerias com a administração pública para executar atividades de interesse público, o Instituto OFC não mantém essa relação com o poder público e atua no desenvolvimento de atividades de interesse privado, conforme as disposições da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil). Por isso, não está sujeito às exigências legais específicas das OSCIPs.

Apesar de não ser qualificado como OSCIP, o Instituto OFC tem plena capacidade para participar de licitações públicas, conforme estabelece o artigo 5º da Lei 14.133/2021. Isso se aplica a todas as entidades privadas, incluindo as sem fins lucrativos, que atendam aos requisitos legais e fiscais previstos nos editais, podendo, assim, concorrer em processos licitatórios para fornecer bens ou serviços ao setor público. Portanto, o Instituto OFC está habilitado para participar de licitações sem a necessidade de ser qualificado como OSCIP.

4 - Sobre a exigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) é um **benefício fiscal facultativo**, destinado às entidades que buscam isenções previdenciárias específicas, mas não é requisito obrigatório para a participação em licitações públicas. A Lei nº 12.101/2009 regula sua concessão, mas não exige que as entidades possuam o CEBAS para habilitação em certames licitatórios. A ausência desse certificado não compromete a regularidade jurídica, fiscal ou operacional das entidades em processos licitatórios, uma vez que a legislação, como a Lei nº



14.133/2021, estabelece outras condições mínimas de habilitação, como regularidade fiscal e capacidade técnica, sem exigir o CEBAS.

Além disso, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) reforça que a exigência de documentos não previstos no edital, como o CEBAS, fere os princípios da legalidade e da isonomia entre os licitantes. O TCU, em decisões como o Acórdão nº 2.105/2017, concluiu que a exigência de documentos que não sejam legais ou editalícias não pode ser imposta, reafirmando que a falta do CEBAS não pode levar à desqualificação de uma entidade em um certame. Portanto, o CEBAS é uma escolha da entidade, sem impactar sua habilitação em licitações.

5 - Sobre o enquadramento do INSTITUTO OFC na CPRB.

A Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) foi criada pela Lei nº 12.546/2011 como uma forma de desoneração da folha de pagamento, substituindo a contribuição patronal sobre a folha (20% sobre a remuneração) por um percentual sobre a receita bruta das empresas. O objetivo dessa medida é reduzir o custo da mão de obra e aumentar a competitividade das empresas. A CPRB foi mantida até 2027 pela Lei nº 14.784/2023, abrangendo empresas de setores específicos definidos pela legislação, que devem seguir os percentuais estabelecidos para apuração da contribuição.

Para as licitações públicas, é essencial que a CPRB seja corretamente aplicada na formação do preço e na elaboração da planilha de custos, conforme a Lei nº 14.133/2021. A exigência de tributos ou encargos incompatíveis com o regime tributário do licitante configura erro material, comprometendo a análise das propostas. O Instituto OFC, que se enquadra no regime da CPRB devido às suas atividades, aplica a contribuição sobre sua receita bruta, sem que seja necessária a contribuição de 20% sobre a folha. Portanto, a Administração Pública deve respeitar essa escolha tributária,



para garantir a competitividade e a conformidade com a legislação, evitando distorções nas licitações.

Ademais, a escolha pelo regime da CPRB, quando aplicável, é vinculante, ou seja, deve ser respeitada pela Administração Pública ao analisar as propostas nas licitações. A imposição de um regime tributário diferente daquele previsto pela legislação para a empresa, especialmente quando isso prejudica a competitividade do certame, violaria o princípio da legalidade tributária. Assim, ao adotar a CPRB em seus custos, o Instituto OFC está em total conformidade com a legislação vigente, sem qualquer irregularidade ou risco à exequibilidade da proposta, garantindo que sua participação nas licitações seja justa e de acordo com as normas fiscais aplicáveis.

Teresina-PI

INSTITUTO OFC DE INOVAÇÃO PROFISSIONAL



André Fabrício Araújo Paixão

Presidente

Instituto OFC de Inovação Profissional

André Fabrício Araújo Paixão

CPF: 009.495.373-22